

# Termo de Referência 13/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2024	980671-PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE	JOHN MAX FERREIRA DE SOUZA	29/10/2024 13:36 (v 5.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		006/2024

## 1. OBJETO

Constitui o presente Termo de Referência, no Registro de Preços para a FUTURA E EVENTUAL Contratação de Empresa Especializada no Serviço de Transporte Escolar por Quilometro Rodado, incluindo veículos com manutenção preventiva e corretiva, abastecidos e com motoristas devidamente habilitados, para garantir a acessibilidade aos alunos pertencentes às unidades escolares matriculados na rede de ensino público do Município de Porto Grande, especificamente para o transporte dos alunos da Educação Fundamental do Município de Porto Grande, da zona rural, assentamentos, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. A contratação se efetivará por demanda de alunos e através de instrumento contratual, com vigência de doze meses. Em conformidade com a coleta das necessidades existentes junto ao setor demandante, levando-se em consideração a média anual de utilização do serviço, de acordo com os dias letivos previsto conforme o calendário escolar, estima-se na Previsão de Consumo encaminhada e registrada por meio da **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR QUE DEVERÁ DISPONIBILIZAR-SE OS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DE ACORDO COM A DEMANDA DA SEMED.**

Tendo como base o Princípio da Continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a Administração Pública executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados, entende-se que a execução do objeto deste Termo de Referência é imprescindível para manutenção dos serviços prestados pela Gestão Municipal/SEMED. Assim sendo, o serviço público, como atividade de interesse coletivo, visando a sua aplicação diretamente a essa comunidade escolar, que já vem sendo atendida, não pode parar, deve ele ser sempre continuo, pois sua paralisação total, ou até mesmo parcial, poderá acarretar prejuízos irreparáveis aos seus usuários.

Para definição da **previsão** da despesa objeto da licitação pelo período contratual de 12 (doze) meses, foram utilizadas informações, com base nas despesas efetuadas nos gastos em anos anteriores, cada contratado atuará segundo a sua rota terrestre, segundo a capacidade de sua condução e atendendo as distâncias diferenciadas ou longas, que dependerá do porte de seu veículo, dentro das diversidades que se caracterizam como verdadeiras jornadas empreendedora. Assim, como forma de garantir o Serviço de Transporte Escolar Terrestre, para os Alunos matriculados na rede de ensino público do Município de

Porto Grande para ano letivo de 2025. Diante do exposto, visando a importância da continuidade dessa contratação para a execução dos serviços demandados. A contratação encontra-se amparada pela Lei nº 14133/21.

## 2. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante arrematante, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanções que impeçam a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria – Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis));
- II. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- III. No Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, como impedidas ou suspensas;
- IV. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- V. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- VI. Constatada a existência de sanções **em qualquer esfera**, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

As microempresas e empresas de pequeno porte definidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, interessadas em participar desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43, Lei Complementar nº 123 /2006).

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial, corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação fiscal, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

A não regularização da documentação fiscal, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados

1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ;
2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do licitante mais bem classificado, após a fase de lances:

### **Habilitação Jurídica:**

- I. - Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- II. - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; ou
- III. - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- IV. - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- I. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- III. - Prova de regularidade perante:
  - a. A Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados, na forma prevista pela Portaria nº 358, de 5 de setembro de 2014, do Ministério da Fazenda e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14 de 02 de outubro de 2014.
  - b. As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.

**IV-** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**V-** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 12 de abril de 2011), expedida eletronicamente, acompanhado das Certidões Negativa de Infrações Trabalhistas que tratam de Controle de Processos de Multas e Recursos (MTE), em atendimento a Portaria MTP nº 667/2021, expedida eletronicamente através da Secretaria de Inspeção do Trabalho, bem como a apresentação da certidão de ações trabalhistas de jurisdição do Estado da sede da licitante.

### **Qualificação Técnica:**

- I. – Quanto a qualificação técnica, exigir-se-á:
  - a. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido por órgão da Administração Pública ou entidade privada, pertinente e compatível com o objeto ora licitado, em nome da licitante, que comprove(m);
  - b. aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste certame, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços de transporte escolar com especificação dos veículos exigido no

- objeto, com equivalente a 50% (cinquenta por cento) ao número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação.
- c. comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos, na prestação destes serviços até a data da sessão pública de abertura deste certame, através de contrato da prestação do serviço.
  - d. Comprovação de Registro e de Regularidade referente à Pessoa Jurídica e de seu (s) responsável(is) técnico(s) ao presente exercício, expedida pelo Conselho Regional de Administração, para as sociedades cooperativas e empresas;
    - 1. Caso a licitante seja empresa constituída de forma comum, os veículos deverão estar registrados em nome da referida empresa e sua comprovação deverá ser através dos CRLV;
    - 2. No caso específico de Cooperativas, não necessita ser proprietária da frota de veículos. No entanto, deverá cumprir a exigência do item 2.6.8 em sua (letra a);
  - 4. Fica a empresa vencedora obrigada a declarar que atenderá integralmente os horários e percursos previstos pela Secretaria Municipal de Educação os quais são objeto de licitação
  - 5. Declaração assinada pelo representante da empresa licitante de que os veículos a serem utilizados para a execução do objeto da licitação estarão em perfeito estado de conservação, contendo todos os requisitos de segurança exigidos pela legislação vigente e que se encontrarão em condições para trafegar, sem colocar em risco os usuários.
  - 6. Declaração assinada pelo representante da empresa licitante de que utilizará somente condutores devidamente habilitados nos termos da legislação vigente para a condução dos veículos para transporte escolar.

### **3. Qualificação Econômico-Financeira:**

- I. - Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual;
- II. - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social 2023, apresentados na forma da lei, mencionando expressamente o número do livro Diário e das folhas em que se encontram transcritos e o número do registro do livro na Junta Comercial, de modo a comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses tomando - se como base a variação ocorrida no período do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP - DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir na data da apresentação da proposta:
  - II. - Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
    - a. Publicados em Diário Oficial ou;
    - b. Publicados em jornal de grande circulação ou;
    - c. Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
    - d. Por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC de 01 de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para Confronto pela Comissão de Licitação e Cadastro, fica dispensada a inclusão na documentação dos seus Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão;

- III. - As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;
- IV. - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, e pelo proprietário e ou representante legal da empresa licitante;
- V. - A boa situação financeira da empresa será comprovada através dos seguintes índices contábeis:
  - I. – Índice de Liquidez Geral  $\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} = 1$
  - II. – Índice de Solvência Geral  $\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} = 1,0$
  - III. – Índice de Liquidez Corrente  $\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,0$
  - IV. – Índice de Grau de Endividamento  $\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = 1,0$
- V. - As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memoriais de cálculos juntados ao balanço. Caso o memorial não seja apresentado, o pregoeiro ou a quem este designar, reserva-se o direito de efetuar os cálculos.
- VI. – As empresas que apresentarem índices  $< 1$  para os subitens II.V.I a II.V.III e  $> 1$  para o item

II.V.IV deverão comprovar, considerados os riscos para a administração no cumprimento das obrigações contratuais, patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, relativamente à data de apresentação da proposta, permitida a atualização para esta data através de índices oficiais;

A boa situação financeira a que se refere o item acima estará comprovada na hipótese de o licitante comprovar que possui Patrimônio Líquido igual ou superior correspondente a 10% do valor final de sua proposta, ou seja, após a negociação de preços.

**EM SE TRATANDO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS**, deverão ser observadas as seguintes condições: Estas deverão ser constituídas conforme Lei nº 5.764/71, desde que comprovem todos os requisitos de **HABILITAÇÃO** descritos neste Termo de referência, salvo aqueles que a própria lei os dispensar. Estando dispensadas de apresentação da documentação, devem declarar e comprovar que se encontram dispensadas, na forma da Lei, devendo mencionar o respectivo número da referida lei e, se assim não o fizerem serão julgadas inabilitadas. As Cooperativas deverão apresentar também os seguintes documentos como requisitos de habilitação, de acordo com a IN 05, de 2017:

- a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos art. 4º, inciso XI, art. 21, inciso I e art. 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971; (Redação alterada pela Lei 6.981 de 30/03/82);
- b. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessário à prestação dos serviços, que deverá ser em balanço patrimonial;
- c. Registro previsto no art. 107 da Lei 5.764, de 1971; onde comprove o registro de sua regularidade perante ao Órgão competente, no domicílio da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.



inicial de 03 (três) veículos, tipo MICRO ÔNIBUS, com capacidade mínima para 23 (vinte e três) passageiros sentados, no quantitativo inicial de 02 (dois), tipo ÔNIBUS com capacidade mínima para 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, no quantitativo inicial de 05(cinco). Conforme descrito na planilha do item 1 deste termo de referência, em turnos alternados, trafegando em estradas pavimentadas ou não e estarem em perfeito estado de uso e conservação e estarem disponíveis para execução dos serviços imediatamente após a comunicação formal da Secretaria de Educação, sendo que os serviços serão executados nos dias, hora e locais que serão previamente estabelecidos, podendo haver alterações dos mesmos, desde que haja necessidade e de comum acordo.

5. Os veículos tipo KOMBI, VAN, MICRO ÔNIBUS E ÔNIBUS OU SIMILARES serão contratados imediatamente conforme descrições do objeto, na quantidade parcial mencionada no item (07), na medida em que houver necessidade, deverá ser solicitado.
6. Os veículos deverão estar predispostos para realizarem os serviços, conforme necessidades da Secretaria, trafegando em pistas pavimentadas e/ou não, inclusive para atendimento de viagens extras que se façam necessárias, ainda que aos Sábados, Domingos e Feriados, se for o caso.
7. Os veículos na ocasião da assinatura do contrato deverão apresentar autorização especial para o objeto licitado, expedida pelo DETRAN ou CIRETRAN, em função de vistoria periódica, oferecendo perfeitas condições de uso e conservação. Deverão conter todos os equipamentos de segurança e especificações do CONTRAN, e estar com documentação regular.
8. Os veículos deverão receber por parte da contratada identificação visual em sua parte externa, e ainda, deverão ser conduzidos por motoristas profissionais, devidamente habilitados e qualificados para exercer tal função, nos termos dos artigos 136 a 138 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Resolução Nº 168, de 14/12/2004 – CONTRAN. Que deverá ser mantidos identificados com adesivos, com o seguinte termo “ESCOLAR, não sendo permitido o uso de qualquer outro tipo de adesivos.
9. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da contratada, e será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado pela atuação da contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.
10. Todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como: combustíveis, manutenção, seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, sociais e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, serão inteiramente de responsabilidade do contratado.
11. Ficará a critério da Secretaria, exigir a troca de veículos e/ou motoristas que não atenderem aos padrões dos serviços contratados.
12. Em caso de substituição de veículo ou motorista, a contratada obriga-se a informar e remeter a onde ele esteja prestando serviço, os documentos acima, referentes ao novo veículo a ser utilizado e o novo motorista contratado.
13. A contratada obriga-se a exigir e fiscalizar a conduta de dirigir de seus motoristas, de forma a manter a segurança dos passageiros, quanto aos níveis de velocidade nas vias e ruas, acatando as reclamações levadas ao seu conhecimento, ocasião em que tomará as providências necessárias para a regularização da situação e não repetição dos fatos que gerarem as reclamações.
14. A contratada obriga-se a substituir os veículos quebrados ou defeituosos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a constatação do fato, a contar da comunicação efetuada pela contratante, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido.
15. A contratada responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, passageiro e com os servidores da Secretaria.
16. Assistirá a contratante o direito de rejeitar qualquer empregado da contratada e solicitar sua substituição, caso o mesmo não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se esta a respeitar e acatar as decisões da contratante.

17. A contratada garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.
18. Caberá à contratada, a indenização pecuniária dos danos morais ou materiais causados por seus empregados em bens patrimoniais da contratante, bem como por desaparecimento de quaisquer objetos e valores encontrados em suas dependências, de quem quer que seja, desde que comprovado dolo ou culpa, do empregado da contratada.
19. A contratada manterá a contratante livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.
20. A Contratada (PESSOA JURIDICA) deverá, obrigatoriamente, alocar um preposto, para representá-la junto à contratante, o qual terá amplos poderes para responder pelos serviços a serem contratados, sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto à contratante. Em hipótese alguma, qualquer funcionário da contratada que não o preposto ou o representante legal, poderá reivindicar decidir ou manifestar-se por atos ou decisões da contratada e/ou contratante.
21. A empresa contratada conforme o caso deverá manter em dia o registro de seus empregados a serviço da contratante, em livro próprio ou em fichas, devidamente rubricados e legalizados pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, atualizar as anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada empregado, se for o caso, e exibir os livros e/ou fichas mencionadas ou documento equivalente, sempre que solicitado pela contratante.
22. Os motoristas da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, não cabendo à contratante qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza.

#### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Programa: 12.361.0403.2052.0000 - Manutenção das Atividades c/ Transporte Escolar  
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS  
- PESSOA JURÍDICA

#### **5. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IVANEIDE VILHENA DE CASTRO OLIVEIRA**

Autoridade competente



**JOHN MAX FERREIRA DE SOUZA**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ROTA DAS ESCOLA.pdf (131.12 KB)

**Anexo I - ROTA DAS ESCOLA.pdf**



ESTADO DO AMAPÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ORD	ESCOLA	DESCRIÇÃO DA ROTA	VIAGEM	TURNO	VEÍCULO	QUILOMETRAGEM DIÁRIA APROXIMADA	QUANTIDADE DE DIAS TRABALHADOS	QUILOMETRAGEM TOTAL MENSAL
1,	ESCOLA ACRE	KM 117, 112 E RAMAIS PELA ESTRADA DE FERRO	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	101	24	2.424
2,	ESCOLA ACRE	COMUNIDADE MONTE TABOR	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	102	24	2.448
3,	ESCOLA ACRE, ADÃO, AMELIA E WILSON FERREIRA	BR 156 SENTIDO MACAPÁ, RAMAL DA DONA ELZA, AREAL E ÁREA 06 RURAL	02 VEZES IDA E VOLTA	MANHÃ	KOMBI	100	24	2.400
4,	ESCOLA ACRE, ADÃO, AMELIA E WILSON FERREIRA	BR 156 SENTIDO MACAPÁ, RAMAL DA DONA ELZA, AREAL E ÁREA 06 RURAL	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	98	24	2.352
5,	ESCOLA ACRE E WILSON FERREIRA	VILA MILITAR E ÁREA 06 RURAL	02 VEZES IDA E VOLTA	MANHÃ	KOMBI	113	24	2.712
6,	ESCOLA ACRE	KM 117, SONHO MEU E RAMAIS PELA ESTRADA DE FERRO	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	100	24	2.400
7,	ESCOLA ACRE, ADÃO, WILSON FERREIRA E PRIMEIROS PASSOS	COMUNIDADE TAMBAQUI, SERRARIA E ÁREA 06 RURAL	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	102	24	2.448
8,	ESCOLA ACRE, WILSON E ADÃO	ACONCHEGO DO PINHO, PARABELA E ÁREA 06 RURAL	02 VEZES IDA E VOLTA	MANHÃ	KOMBI	120	24	2.880
9,	ESCOLA ACRE, WILSON E ADÃO	ACONCHEGO DO PINHO, PARABELA E ÁREA 06 RUAL	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	98	24	2.352
10,	ESCOLA ACRE, WILSON, ADÃO E AMELIA	BR 156, SENTINDO MACAPÁ, ÁREAL DO BADU E ÁREA 06 RURAL	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	91	24	2.184
13,	ESCOLA ACRE	PEDREIRA, ÁREAL DO KAKÁ, MONTE SIÃO, RAMAL DA USIBRITA E PARABELA	02 VEZES IDA E VOLTA	MANHÃ	KOMBI	120	24	2.880
14,	ESCOLA ACRE E CRECHE	ACONCHEGO DO PINHO	02 VEZES IDA E VOLTA	MANHÃ	KOMBI	95	24	2.280
15,	ESCOLA NOVA COLINA	PEIXE BOI E RAMAIS	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	99	24	2.376
16,	ESCOLA ACRE	PEIXE BOI, RAMAL DO SEU NEI E RAMAL DA DONA ROSA	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	98	24	2.352
17,	ESCOLA 138	PERIMETRAL NORTE E RAMAIS DA ESTRADA DE FERRO E BEIRA DO RIO, LADO	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	95	24	2.280
18,	ESCOLA 138	PERIMETRAL NORTE E RAMAIS DA ESTRADA DE FERRO E BEIRA DO RIO, LADO NORTE	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	99	24	2.376
19,	ESCOLA ALZIRA DE QUEIROZ	ENTRADA DA LINHA A, LINHA H, LINHA G	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	89	24	2.136
20,	ESCOLA ALZIRA DE QUEIROZ	ENTRADA DA LINHA A E TODA SUA EXTENSÃO, LINHA H, LINHA G	02 VEZES IDA E VOLTA	TARDE	KOMBI	95	24	2.280
21,	ESCOLA CAMPO VERDE	RAMAL DO BODE, ESTRADA DE FERRO E OUTRO RAMAIS	02 VEZES IDA E VOLTA	MANHÃ	KOMBI	86	24	2.064

